

OS CAMPOS PARADIGMÁTICOS DO SERVIÇO SOCIAL: PROPOSTA PARA UMA CATEGORIZAÇÃO DAS TEORIAS EM PRESENÇA ¹

MARIA INÊS AMARO

Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia
Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Católica Portuguesa
ines.amaro@fch.ucp.pt

Resumo

O presente artigo prossegue um objectivo de compreensão e sistematização da informação sobre o que pode ser entendido como “as teorias do Serviço Social”. Com esse propósito faz-se uma proposta de categorização de quatro campos paradigmáticos em Serviço Social: funcionalismo, interpretativismo, estruturalismo e humanismo. A partir desta grelha inscrevem-se e analisam-se as teorias do Serviço Social, com destaque para o Serviço Social estrutural e crítico.

Apresenta-se por fim a teoria da correlação de forças como uma abordagem ao Serviço Social que tenta superar as dicotomias da acção/estrutura e da ordem/conflito.

Abstract

This article aims at understanding and gathering information of what is meant by “theories of Social Work”. To this purpose four paradigmatic fields are proposed: functionalism, interpretativism, structuralism and humanism. Under this framework the theories of Social Work are analyzed and categorized with emphasis on structural and critical Social Work.

The theory of strengths correlation is put forward as an approach to Social Work which aims to surpass the action/structure and order/conflict dichotomies.

Introdução

O presente artigo prossegue um objectivo de compreensão e sistematização da informação sobre o que pode ser entendido como “as teorias do Serviço Social”. Em concordância com Payne (2001), considera-se que a identificação de uma área específica de saberes é um contributo fundamental para a ocupação de um espaço de jurisdição/expertise e a definição de uma identidade própria da profissão.²

Efectivamente, se o papel das teorias no Serviço Social é o de orientar, procurar e construir conhecimentos conduzidos crítica e reflexivamente, não se esgota neste domínio e constitui-se como pedra de toque da construção da identidade profissional, entendida como a busca de uma racionalidade crítica e reflexiva que permita a construção epistemológica do que lhe é próprio e específico (Restrepo, 2003: 21-45).

A dificuldade do desafio colocado advém, desde logo, da própria “estrutura sincrética do Serviço Social” (Netto, 2001 [1992]). Este sincretismo resulta, por sua vez, do próprio duplo estatuto do Serviço Social, enquanto campo teórico e prático-profissional. Estamos, então, perante uma disciplina cruzada de diferentes problemáticas, diferentes horizontes para a prática e diferentes abordagens teóricas, ao mesmo tempo que combina conhecimentos teóricos com empíricos e técnicos e se posiciona politicamente frente à chamada “questão social”.

Neste propósito não se obedeceu a um critério de exaustividade, mas antes de significância e compreensividade da produção teórica deste campo disciplinar. Assim, muitas aproximações teóricas ficaram, certamente, fora desta análise, o que não significa que não caibam dentro dos campos paradigmáticos propostos. Com efeito, considera-se que a categorização proposta é suficientemente abrangente para albergar as diferentes perspectivas teóricas existentes no

Palavras Chave
Teorias do Serviço Social, Serviço Social estrutural, Serviço Social crítico, Teoria da correlação de forças

...

Key Words
Social Work Theories, Structural Social Work, Critical Social Work, Theory of strengths correlation



Serviço Social.

Vale a pena, no entanto, ressaltar que a base de conhecimentos de todas as profissões está, por um lado, em permanente mudança e construção e, por outro, numa interacção constante com outros campos profissionais (Payne, 2001: 45). Neste ponto o Serviço Social não constitui excepção e, por isso, não se revela profícua qualquer tentativa de delimitação rígida e inflexível do seu campo de saberes. Pelo contrário, o Serviço Social ganhará se souber incorporar no seu campo de saberes contributos que vêm de outras áreas de produção científica.

O carácter imprescindível da multidisciplinaridade não invalida, porém, que se identifique uma área específica de saber em Serviço Social e que, nesse âmbito, se situem as chamadas “teorias do Serviço Social”.

Assim, não deixando de fazer jus aos contributos dos autores referenciados, a análise e sistematização da informação em seguida apresentada constitui uma proposta da autora para a reflexão destas questões.

1 – Dificuldade de pensar as teorias do Serviço Social

O Serviço Social, como disciplina que encontra a sua legitimação, reconhecimento e justificação na prática profissional, continua a procurar a sua identidade científica, o seu espaço no âmbito das Ciências Sociais e a sua especificidade na produção de conhecimentos teóricos.

Se tomarmos como acto fundacional da profissão a publicação do Diagnóstico Social, de Mary Richmond, em 1917, concluímos que 90 anos não foram suficientes para estabilizar essa identidade científica e segurança intelectual na produção de saberes e na conceptualização da realidade social e da intervenção sobre essa realidade.³


Parece que a preocupação central dos fundadores deste campo profissional foi a de definir um campo de acção e estabelecer um conjunto de procedimentos organizados e racionais para a intervenção social. Com efeito, ao contrário de tantas outras disciplinas teóricas do campo das Ciências Sociais, o Serviço Social é permanentemente confrontado com a pressão da resolução de problemas reais, que afectam indivíduos/populações e que influenciam o funcionamento da sociedade – é essa a sua natureza profissional e na sua finalidade são evidentes os propósitos de mudança, ou pelo menos de intervenção, societal.

Esta centralidade do fazer tem remetido para um segundo plano a importância do saber e do pensamento nesta disciplina. Para tal situação contribuiu, certamente, a dominância de que as ideias de neutralidade, distanciamento, objectividade e ruptura amplamente gozaram, e em alguns cânones ainda gozam, em todo o período de afirmação e desenvolvimento das ciências sociais. São estas ideias que estão na base da irreconciliabilidade do pensar com o agir e da teoria com a prática. Deste ponto de vista, a produção científica deve sempre evitar a “contaminação” trazida pelo contacto profundo com a realidade, tal como ela é sentida e afecta os indivíduos.

É com base neste tipo de racionalidade que surgem visões do Serviço Social como um campo de aplicação e execução de procedimentos ou conhecimentos emanados de outras sedes. O Serviço Social encaixaria na secção das disciplinas da prática sem qualquer expectativa de poder contribuir ou de almejar a ser uma disciplina do conhecimento.

Efectivamente, a afirmação científica do Serviço Social continua a estar na agenda deste campo profissional e prova da necessidade de continuar a trabalhar e a aprofundar este tópico é a escassez de material com que nos deparamos quando queremos aprofundar o que são, afinal, as teorias do Serviço Social.

A consulta rápida de uma obra tão paradigmática como *The Blackwell Companion for Social Work* (Davies, 2002 [1997]) permite verificar, logo no índice, que quando se trata de apresentar as “razões para o Serviço Social”⁴ elas se esgotam nos campos de intervenção disponíveis.⁵ É,



de facto, por via dos campos da prática profissional que frequentemente o Serviço Social se entende e se dá a conhecer, construindo nesse processo uma identidade profissional. As publicações nesta área escusam-se, quase sempre, a entrar no campo da teoria e do que pode ser produção teórica específica do Serviço Social.

Neste sentido, não se pode falar de teoria do Serviço Social mas de teorias que ajudam a enquadrar as diferentes áreas problemáticas nas quais a profissão intervém. Não são, assim, teorias desta área disciplinar, mas teorias do envelhecimento, da delinquência juvenil, da doença mental, da exclusão social, entre outras.

Por outro lado, quando as obras, artigos, teses e publicações em geral se referem à(s) teoria(s) do Serviço Social fazem-no muitas vezes de uma forma indistinta do que são os modelos de intervenção. Opera-se, desta forma, uma confusão entre teorias e os modelos de caso, grupo e comunidade que enformam a acção do Serviço Social.⁶ Parece haver uma sobreposição entre o pensamento sobre o fazer e as diferentes formas de fazer.

Encontram-se, ainda, autores que na análise desta questão propõem uma distinção, porventura demasiado simplista, entre o chamado “paradigma vigente” e o “paradigma alternativo”.⁷

Deste ponto de vista, o paradigma vigente, que também pode ser designado como o da acomodação ou o do pragmatismo, é aquele em que o profissional se transforma num mero gestor de recursos com a principal função de adequar os recursos existentes às necessidades dos utentes e vice-versa. O trabalho do Assistente Social no âmbito deste paradigma passa essencialmente por prestar os serviços previstos no sistema de bem-estar, de forma casuística e sectorial.

Pelo contrário, o paradigma alternativo propugna uma postura profissional pautada por valores como o da participação das populações, do empowerment, da mobilização, da criatividade, da “agentividade” e da não standardização de respostas. Neste enquadramento a prática profissional é assumidamente não-neutra e comprometida com as populações utentes no desígnio do desenvolvimento das suas potencialidades.

Esta análise do Serviço Social, embora reflecta o que a prática profissional muitas vezes é (paradigma vigente) e aquilo que deveria ser (paradigma alternativo), está longe de trazer um contributo substantivo para clarificar o que são e quais são as teorias do Serviço Social. Esta forma de colocar as questões vem reforçar a ideia da inexistência de teoria específica do Serviço Social ou de que esta se estabelece como algo difuso e demasiado ancorado em variáveis de carácter contextual.


É certo, como tem vindo a ser apontado por vários autores (Faleiros, 1997; Baptista, 2001), que a produção de saberes – e, portanto, as teorias – do Serviço Social não pode estar desligada do sentido histórico, político e contextual que esses mesmos saberes encerram. Todavia, torna-se evidente a necessidade de contrariar a presença de um certo “pressuposto empiricista” de que o Serviço Social parece estar profundamente impregnado.⁸

A cientificidade da acção interventiva, como propõe Myrian Veras Baptista (2001), não deve ser entendida como uma memorização da capacidade teórico-conceptual do Assistente Social, mas como uma visão alternativa do que também é ciência e do caminho para chegar ao conhecimento científico.

2 – Proposta para uma categorização

Pensar as teorias do Serviço Social implica um exercício de análise sobre quais os pontos de contacto e de afastamento com as teorias sociológicas ou, de forma mais abrangente, com a teoria social.

Situando-se na grande família das Ciências Sociais, o Serviço Social não é nem pode ser alheio às grandes correntes de pensamento que as atravessam nem aos dilemas matriciais que



opõem diferentes abordagens teóricas, porque propõem diferentes ontologias e diferentes epistemologias.

Uma das discussões teóricas mais interessantes nesse domínio para o Serviço Social é a que opõe estrutura e acção. De outra forma, é o debate sobre até que ponto os indivíduos são determinados pela estrutura e pela própria dinâmica da vida social ou se o indivíduo tem capacidade de auto-determinação e, ele próprio, constrói e modifica as estruturas em que se insere.

Na primeira posição, considera-se que o todo sobrevém e determina a parte, que a sociedade funciona em torno de padrões estáveis e duradouros que são exteriores ao indivíduo e que esses padrões condicionam fortemente, quando não determinam, a acção e vida individuais. Na segunda posição, encara-se o indivíduo como a própria fonte de produção de sentido para a vida e para o mundo e como agente transformador desses elementos – a acção não é um ímpeto determinado pela estrutura, mas um movimento pleno de intencionalidade e de sentidos por parte do indivíduo.

Outra discussão que interessa ao Serviço Social é a do conflito versus ordem. A perspectiva do conflito encara a sociedade como uma permanente fonte de contradições e confronto, sendo que esse devir e o esforço de superação das contradições são condição para a evolução social. Deste ponto de vista, uma sociedade saudável seria aquela em que o conflito e confronto de interesses estariam presentes. Por seu turno, na abordagem da ordem e da coesão a sociedade é olhada como uma estrutura/sistema com um equilíbrio próprio tendente para a estabilidade. Assim, a desordem, o conflito e, em última instância, a mudança, são assumidas como sinais de disfuncionalidade ou, se quisermos utilizar o conceito de Durkheim, de anomia social.

Estes debates abriram fissuras na teoria social e opuseram autores fundadores como Herbet Spencer, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, Georg Simmel e Wright Mills. No que respeita ao Serviço Social, o posicionamento num ou noutro pólo tem uma profunda influência na forma como se pensa o agir e como se estabelecem as finalidades da profissão.⁹ Efectivamente, o Serviço Social não está nem pode estar arredado dos grandes debates e correntes de pensamento que atravessam as Ciências Sociais.¹⁰ No entanto, não pode ficar refém, ou diluir-se perdendo especificidade, deste nível de discussão.

Correntes como o funcionalismo, o estruturalismo, o subjectivismo, o construtivismo ou o interpretativismo têm uma forte influência no Serviço Social, mas não podem ser consideradas, em si mesmas, teorias do Serviço Social. Se a teoria social nos ajuda a pensar o que é a sociedade, a teoria do Serviço Social terá que nos fornecer pistas sobre o que é a mudança social e como é que pode ser feita. Embora um passo não esteja completamente dissociado do outro, cada um deles deve ter o seu espaço próprio no âmbito deste campo disciplinar

Traduzindo um pouco esta ideia, o Collins Dictionary of Social Work (1999[1995]) distingue três níveis de teoria no Serviço Social: as teorias tomadas de “empréstimo” das Ciências Sociais; as teorias sobre os sistemas de bem-estar, e as teorias desenvolvidas pelos que trabalham em Serviço Social e campos afins (1999[1995]). Argumentamos que os dois primeiros níveis constituem um referencial teórico do qual esta área se serve e que é no último nível que reside a especificidade do conhecimento sobre e do Serviço Social.¹¹

Numa obra sobre a introdução à teoria do Serviço Social, de David Howe (1987), defende-se que a teoria do Serviço Social deriva tanto da sociologia como da psicologia. Apesar de ser inegável que estas duas ciências constituem pilares fundamentais da constituição deste campo disciplinar, não fica completamente esclarecido porque é que o autor exclui deste patamar a filosofia, a economia ou a antropologia. Mais interessante é o facto do mesmo autor sublinhar que não é possível estabelecer um propósito comum com um sentido de unificação das teorias nesta área. Há, fundamentalmente, que esclarecer quais são os diferentes posicionamentos em jogo e a que tipos de abordagens metodológicas conduzem na prática profissional.

Tendo em conta os dois eixos fracturantes herdados da teoria social é possível definir quatro pólos cruzados: o que vai da acção à estrutura e o que vai do conflito à ordem. Este cruzamento faz emergir quatro campos teóricos paradigmáticos onde se podem inscrever as diferentes teorias do Serviço Social. O esquema seguinte ilustra esta divisão.

Esquema 1 – Campos paradigmáticos das teorias do Serviço Social




Fonte: com base em Howe, 1987: 46

Cada um dos campos identificados, não só propõe formas distintas de análise e compreensão dos fenómenos sociais, como também encerra formas particulares de pensar o Serviço Social nas suas finalidades e nas suas formas de agir. Assim, o problema formulado, as explicações oferecidas, os objectivos estabelecidos e os métodos utilizados variam substantivamente em cada um dos campos e suas teorias associadas.

No que respeita às orientações para a prática profissional, o funcionalismo aponta para uma prática voltada para estabilidade,¹² o interpretativismo para a procura dos sentidos, o humanismo para a consciencialização e o estruturalismo para a revolução. As perspectivas teóricas convocadas na primeira abordagem passam pela tradição psicanalista e pelo behaviorismo, na segunda pelas abordagens centradas no cliente, na terceira pelo Serviço Social crítico e na quarta pelo Serviço Social estrutural (1987).

É de referir que os dois primeiros campos, ou seja, aqueles que se situam no quadrante da ordem/regulação se inscrevem dentro do que genericamente Ander-Egg indicou como “paradigma vigente”, ou seja, dentro do pensamento mais clássico do Serviço Social. Em consequência, o “paradigma alternativo” acolhe as propostas teóricas mais identificadas com o imperativo do conflito e da mudança. No fundo, trata-se de discutir as tendências de “renovação e conservadorismo no Serviço Social” como, já em 1995, Yamamoto as colocava, enfatizando o poder do sujeito e/ou da estrutura como variáveis determinantes para a acção.

É no âmbito do estruturalismo e do humanismo que se tem verificado uma maior actualização e renovação das perspectivas teóricas, pelo que é essencialmente sobre essas análises que o texto em seguida se irá debruçar.¹³ Com este propósito deter-nos-emos em detalhe sobre o



Serviço Social Estrutural, o Serviço Social Crítico e sobre a Teoria da Correlação de Forças, que, por se aproximarem do pólo da mudança/conflito, são por vezes também referenciados como Serviço Social activista.

3 – As perspectivas da ordem e da regulação

As abordagens ao Serviço Social que se situam nos campos paradigmáticos do funcionalismo e do interpretativismo são identificadas com as visões mais clássicas e conservadoras desta disciplina. Não pode, no entanto, afirmar-se que correspondam a formas de intervenção já em desuso na profissão. Mullaly (1993) refere, aliás, que no Serviço Social a maioria das práticas profissionais persegue a ordem e a conformação.

De uma forma geral, neste contexto o Assistente Social é visto como um agente neutro dotado de competência técnica para a realização de uma actividade profissional que conduza, por um lado, à preservação da sociedade existente e, por outro, a uma cooperação entre os sujeitos e o sistema. Neste âmbito, o Serviço Social deverá também desempenhar funções de controlo do desvio social.

De um ponto de vista funcionalista, o principal objectivo da intervenção é a manutenção do equilíbrio do sistema, sendo que tudo o que o ameaça é visto como patológico e passível de ser corrigido. A reforma é, então, a estratégia preferencial desta corrente. Dentro deste paradigma, podem ser distinguidas duas teorias distintas: a teoria dos sistemas sociais¹⁴ e o behaviorismo (Howe, 1987: 52-53).

A primeira tem sido fértil em analogias entre o sistema social e os organismos biológicos ou as máquinas complexas, ou seja, as partes são vistas como constitutivas do todo, estando interrelacionadas e sendo interdependentes; a parte afecta o todo e depende do todo para a sua sobrevivência. Nesta lógica, o Serviço Social tem por missão manter a sociedade e os seus membros num estado relativamente estável (Howe, 1987: 53-54).

As teorias behavioristas vêem o mundo social da mesma forma que o natural. Neste sentido, os indivíduos são perspectivados exclusivamente na sua dimensão objectiva (o subjectivo é tido como irrelevante), como receptores de estímulos e produtores de outputs/respostas. Cabe ao Serviço Social perceber qual é o problema e determinar uma forma de o combater (Howe, 1987: 54-55).


Com o objectivo fundamental de corrigir e manter a ordem existente, o Serviço Social funcionalista tem como ferramentas fundamentais o diagnóstico e o tratamento, seguindo muito de perto os procedimentos do modelo clínico (Howe, 1987: 57-59).

No que se refere ao interpretativismo, a subjectividade e a produção de sentidos pelo indivíduo aparece como algo de relevante para a prática e o pensamento do Serviço Social. Neste domínio, as abordagens centradas no cliente assumem especial importância na ênfase que colocam na forma como o indivíduo sente as situações em que se encontra, nas necessidades que apresenta e no estabelecimento de formas mais ajustadas de o “reconduzir” à inserção social.

Ao nível da prática profissional, esta perspectiva desemboca num paradigma contratualista consensual, que busca o estabelecimento de pactos entre o Assistente Social e o indivíduo encarado isoladamente, com vista ao reforço da ordem dominante. Trata-se, desta forma, de uma abordagem marcadamente psicologizante dos problemas sociais.¹⁵

4 – O Serviço Social Estrutural

O Serviço Social Estrutural procura, logo como ponto de partida, enfatizar o contexto de trabalho em que o Assistente Social se move – as instituições. Este é um primeiro nível de



justificação da designação desta corrente como estrutural ao apelar para o facto do profissional se inserir em estruturas institucionais que o conformam e o limitam na sua capacidade de agir.

Nesta perspectiva, a análise feita do Serviço Social, de acordo, aliás com a tradição marxista e estruturalista que a sustentam, é de nível macro. A sociedade é vista como um composto de estruturas que, apesar de serem construídas pelos indivíduos, lhe são exteriores e exercem funções de dominação e opressão. Neste pano de fundo, emergem conflitos de interesses, protagonizados por diferentes grupos sociais e que se manifestam como sendo entre opressores e oprimidos, dominadores e dominados ou, de forma clássica, exploradores e explorados. Embora esta abordagem ao Serviço Social tenha muitas vezes sido desqualificada “como expressão de paradigmas esgotados” e substituída “pelos artefactos da cultura pós-moderna” (Netto, 2001: 11, *itálicos no autor*), continua a apresentar-se como um campo vivo da produção de conhecimento e reflexão sobre o Serviço Social. Trata-se de pensar o Serviço Social como estando vinculado às classes trabalhadoras/oprimidas e com um projecto político para a sociedade.

É por via da conscientização e da identificação de classe que o Serviço Social pretende alcançar a emancipação dos sectores oprimidos da sociedade. Esta emancipação dá-se pelo combate à “falsa consciência” dos indivíduos e seu direccionamento para o reconhecimento dos mecanismos estruturais opressores responsáveis pela sua condição. Assim, o Serviço Social visa promover uma mudança que o distancie do *satus quo* (Hearn, 1982: 21).

Secundando a análise de Hearn, o Serviço Social Estrutural pode ser caracterizado por duas tendências fundamentais: uma positiva, que consiste no projecto colectivista de mudança, e até revolução, social; e uma negativa, que rejeita o estabelecimento de relações ritualizadas com os clientes, vendo-as como formas de controlo da sua auto-determinação (1982: 23). O foco do pensamento e da acção profissional é, assim, a totalidade social, vista como sendo dotada de uma ordem e de um sentido (neste caso, a racionalidade capitalista que urge alterar).

O Assistente Social é confrontado com a necessidade de fazer uma de duas opções possíveis: ser instrumento de repressão ou de emancipação das massas oprimidas, sendo que o projecto da corrente estrutural é que se situe no primeiro posicionamento. Ao longo do tempo, este desígnio de emancipação das massas oprimidas tem evoluído desde a clássica ideia da luta de classes, até à emancipação da mulher e às visões anti-racistas, culminando com a prática anti-opressiva direccionada para a condição feminina, a negritude/etnicidade, a homossexualidade, a deficiência, o envelhecimento, etc. (Dominelli in Adams et al, 1998: 4-5).¹⁶

Trata-se, portanto, de Assistentes Sociais “vinculados a uma prática progressista que toma partido por aqueles que foram subjugados por desigualdades estruturais como a pobreza, o sexismo e o racismo e que almeja assisti-los no seu desejo de reverter as posições em que se encontram, ou seja, caminhar em direcções emancipatórias” (Dominelli in Adams et al, 1998: 5). Esta reversão de situações alcança-se, fundamentalmente, através da mudança das estruturas sociais – objectivo último desta corrente do Serviço Social.

Assim, o Serviço Social deve também conter um carácter prescritivo no sentido de propor novas formas de estar em sociedade, que respondam aos novos problemas colocados à questão social contemporânea e que não passam, necessariamente, por uma integração no mercado laboral. Em suma, para além de aliviar as pessoas das situações de opressão em que se encontram, o Serviço Social deve ainda encontrar condições para modificar a realidade (Mullaly, 1993).

O Serviço Social tem, então, como missão última a reestruturação da sociedade. Na relação com o sistema de bem-estar vigente há que enfatizar o potencial emancipatório do sistema e minimizar o seu potencial opressivo.¹⁷ Esta visão teórica do Serviço Social considera que a mudança das condições de opressão se opera sempre ao nível da estrutura, mas que o Assistente Social tem que estar atento a todas as novas formas de que esta opressão se reveste,

que não passam apenas pelo capitalismo, mas também pelo sistema patriarcal, pelo racismo, etc. (Mullaly, 1993).

5 – O Serviço Social Crítico

A corrente do Serviço Social crítico ganhou vigor, sobretudo, no Canadá e na Austrália a partir da segunda metade dos anos noventa (século XX).¹⁸ Esta abordagem ao Serviço Social recupera postulados do marxismo e do feminismo e articula-os com os contributos mais recentes da teoria social crítica e das perspectivas da pós-modernidade.¹⁹ Neste âmbito, o Serviço Social está permanentemente preocupado com uma análise estrutural dos problemas pessoais dos seus públicos; com um olhar vigilante e crítico sobre as funções de controlo social da profissão e do sistema de bem-estar; com a existente tendência para uma função opressiva, e com os seus objectivos centrais de libertação pessoal e mudança social.

O Serviço Social Crítico pretende, sobretudo, ser uma alternativa ao excesso de determinismo em que, por vezes, a abordagem estruturalista cai. De facto, esta perspectiva pretende devolver ao sujeito poder de acção sobre as suas próprias circunstâncias. Neste sentido, concebe-se como um Serviço Social activista pós-marxista e pós-estruturalista.


A reconstrução das práticas críticas de que fala Healy, uma das autoras mais reconhecidas nesta corrente, passa por questionar e repensar algumas das categorias clássicas do estruturalismo como o material e o simbólico, a dominação e a opressão, o sujeito e a estrutura (2001: 155-182).

Com efeito, a teoria crítica centra as suas propostas analíticas no desafio à dominação e opressão sob todas as suas formas (estrutural, interpessoal e pessoal); na ideia de que as estruturas sociais são construídas e, nesse sentido, mutáveis; na crítica profunda à abordagem positivista, que apela ao determinismo e à passividade individual, e na necessidade de encontrar novas fontes de conhecimento (Fook, 2003: 124). Num recente artigo sobre os debates actuais do Serviço Social Crítico, Jan Fook aponta que, ao acreditar na capacidade transformadora do indivíduo, esta corrente do Serviço Social é voluntarista, pois encontra na acção social capacidades ilimitadas de transformação e emancipação (2003: 124).

Claramente com uma influência foucaultiana, nesta abordagem a questão do poder é tratada, não apenas no nível da coerção exercida pela estrutura sobre o indivíduo, mas também como uma categoria presente nas relações interpessoais quotidianas e no interior de cada indivíduo. É importante reconhecer esta “microfísica do poder” para trabalhar sobre as relações de dominação existentes na sociedade. Nesta linha, Healy chama a atenção para o facto de nas sociedades contemporâneas o poder e o saber estarem profundamente associados. Assim, o próprio Assistente Social tem que se libertar da relação de poder que exerce sobre o seu cliente: “na posição de perito, os Assistentes Sociais categorizam e objectivam os utentes do serviço, estendendo assim sobre eles a disciplina e a vigilância” (Howe in Healy, 2001: 164).

Desta forma, o processo de conscientização deve começar no próprio profissional como estratégia para que o seu saber seja efectivamente colocado ao serviço da justiça social e económica. Por isso, o trabalho social deve ser desenvolvido numa perspectiva dialógica que permita às pessoas desenvolverem uma relação de sujeitos e não de objectos. O utente não deve ser olhado como um objecto passivo, mas como um sujeito activo, com capacidades e potencialidades e, também, detentor de um poder que deve colocar ao serviço da resolução dos seus problemas (Healy, 2001:155-172)

Por seu turno, a ideia de mutabilidade das estruturas sociais assenta no pressuposto de que o mundo social é construído e que, por isso, pode ser manipulado, moldado ou modificado. Segundo este eixo, torna-se fundamental contrariar a tendência para a reificação dos constructos sociais e não perder de vista que o tecido social é maleável construído e em



permanente reconstrução pelos diversos actores sociais. Neste ponto, o Serviço Social Crítico bebe das correntes construtivistas da teoria social, podendo mesmo centrar as suas concepções neste predicado. É, naturalmente, neste âmbito que se inscreve o Serviço Social Construtivista proposto por Parton (2004).

Desenvolve-se, neste âmbito, a prática reflexiva que, mais do que visar a constituição de um conhecimento estabilizado, pretende o desenvolvimento das capacidades de reflexividade e de acção, tendo em vista o engajamento entre “as nossas ‘verdades’, ‘histórias’ e ‘construções’ e as dos outros” (Parton et al, 1998: 248).

Em estreita relação com o construtivismo, a influência do relativismo também é visível nesta corrente do Serviço Social. Ao mesmo tempo que tenta esbater as clivagens de poder entre si e o cliente e que trabalha no sentido de dar ao último consciência das suas capacidades e das suas possibilidades de mudança, o Assistente Social deve estar ciente de que o resultado do seu trabalho e reflexão, mesmo quando parte de uma relação de paridade com o utente, não é a verdade, mas uma verdade entre outras possíveis para trabalhar no sentido da transformação social (Healy, 2001: 167). Seguindo a mesma lógica, na crítica que faz à forma de conhecimento positivista, o Serviço Social Crítico abre-se à integração de outras formas de conhecimento (com especial enfoque para as que provêm da análise discursiva), às quais atribui o mesmo valor heurístico.


Assume-se, nesta perspectiva que as realidades são instáveis, complexas e desordenadas e propõe-se, como corolário, uma prática que seja anti-utópica e anti-dogmática (Healy, 2001: 175). O projecto colectivista do estruturalismo²⁰ dá lugar a uma abordagem mais casuísta, balizada pelos desígnios do *empowerment* e da conscientização. Perante a impossibilidade de propor projectos colectivos que não sejam utópicos e violentadores da individualidade de cada sujeito, o Serviço Social Crítico apresenta-se, também, como uma proposta pragmática para a intervenção do Assistente Social.

6 – A teoria da Correlação de Forças

Com uma “crítica à política do sujeito” (2002), Vicente de Paula Faleiros propõe uma visão teórica para o Serviço Social que supere as limitações das abordagens estrutural e crítica. Encara o Serviço Social como uma mediação entre actores e estruturas, num jogo de forças e poderes em que o Assistente Social deve tomar partido pelo lado mais fraco, mais vulnerável, mais oprimido. O autor propõe, nesta linha, a teoria da Correlação de Forças.

Com efeito, o Assistente Social, como profissional que deverá voltar a assumir o sentido político da sua intervenção, situa-se perante um novo paradigma de intervenção. A teoria da Correlação de Forças emerge como uma alternativa para o desempenho profissional no mundo contemporâneo. Parte do pressuposto de que existem na sociedade forças em conflito, que o profissional deve assumir-se como mediador dessa conflitualidade, mas, ao contrário do que era decalcado da racionalidade instrumental moderna, nessa mediação o Assistente Social não se posiciona como um agente neutro, mas como alguém que está ao lado da defesa dos interesses dos mais vulneráveis e despojados e que prossegue um ideal de equidade e de justiça social. O Assistente Social sublinha, assim, o seu papel de protagonista político na acção/reflexão sobre a sociedade. Tal é a proposta contida nas mais recentes análises de Vicente de Paula Faleiros (1996), que remetem também para a rejeição de um pensamento único sobre as sociedades e para o estímulo ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica no seio do Serviço Social (2001: 326-327).

O Serviço Social, nessa aliança com os dominados e oprimidos, visa um processo de fortalecimento e *empowerment* em torno da identidade, autonomia e cidadania das suas populações utentes. Mantendo presente o carácter estrutural dos problemas sociais, esta



teoria não encerra um projecto de emancipação colectiva das massas, mas sugere um enfoque na capacitação individual dos sujeitos na sua relação com as estruturas sociais opressoras: “Nossa análise considera as relações interpessoais implicadas nas relações sociais globais como um processo complexo de mediações sujeito-estrutura, numa visão relacional da estrutura da produção da sociedade e dos indivíduos” (Faleiros, 1996: 21).

Neste sentido, a análise de Faleiros inspira-se no construtivismo estruturalista de Bourdieu que combina uma noção de exterioridade da estrutura com o reconhecimento da existência de uma génese social nos esquemas de percepção, pensamento e acção individuais.²¹ Assim, as relações instituídas pela estrutura são conflituosas, pois opõem interesses económicos, poderes, raças, etnias, géneros, disciplinas e ideologias, abrindo por via do conflito espaço para relações de mudança instituintes de novos modos de produzir a vida, os bens e os seres humanos (Faleiros, 1996: 21).

O papel do Serviço Social joga-se, assim, nas relações de força do capitalismo e na mediação do processo de fragilização ou fortalecimento do cliente. Nas suas trajectórias, os indivíduos devem ser ajudados a fortalecer os seus patrimónios e a desenvolverem percursos de mudança nas suas vidas que possam instituir transformações na estrutura social. O trabalho deve ser desenvolvido em espiral no sentido do indivíduo para o colectivo/a sociedade, uma vez que se considera ser fundamental que, por meio de práticas de colectivização, se faça com que os indivíduos rompam com a compreensão individualizada dos problemas (Faleiros, 1996: 24).

É importante ressaltar que o olhar da teoria da Correlação de Forças dirige-se para os indivíduos e não para os problemas, entendendo que as particularidades de cada caso encerram aspectos da generalidade. Nesta relação complexa da estrutura com o indivíduo, uma máxima importante é a da radicalidade da crítica e do realismo da acção.


Faleiros aponta vinte e sete desafios colocados a esta teoria, entre os quais se destaca a resistência ao estado “de inclusão” precária e repressão; a articulação das TIC com a intervenção social emancipatória; a valorização da dimensão local, de redes e de proximidade articulada com o questionamento mundial; o aprofundamento da democracia participativa e da cidadania colectiva; a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais existentes; a realização de confrontos de poder; a articulação das bio-vias com a desconstrução e construção de poderes; a defesa do público e a sobrevivência no emprego; a reinterpretção das demandas e a produção de conhecimento crítico; a combinação de benefícios e prestações sociais com o processo de autonomia e independência do sujeito, num imaginário do contrato e da solidariedade; a politização da acção numa era de descartabilidade da política, e, entre outros, a articulação de redes, território, cultura, informação e protagonismo do público na dinâmica da democracia e da cidadania.²²

É este, em suma, o quadro para a acção que a teoria da Correlação de Forças contém nas suas propostas.

Conclusão

Como se referiu, a reflexão sobre as teorias do Serviço Social constitui um debate em aberto e em permanente construção. O objectivo do presente texto não foi o de fechar este debate, mas o de propor uma visão analítica do que se tem produzido em torno do pensamento sobre o Serviço Social. Este é, obviamente, um contributo passível de ser debatido, criticado, desconstruído e reconstruído.

Também se salientou que a demanda do Serviço Social é, fundamentalmente, uma demanda para a acção e para resolução dos problemas. A afirmação e o reconhecimento de que esta acção sobre o social deve estar baseada num pensamento sistematizado sobre a realidade é, por si só, uma conquista deste campo profissional e está ainda longe de estar profundamente



interiorizada por todos os Assistentes Sociais, pelas escolas, pelas instituições e pela comunidade científica.

Neste sentido, não parece ter vindo a ser evidente a relação do Serviço Social com os campos de produção de saber e a sua capacidade de afirmação intelectual no seio das ciências sociais. Assim, não tem sido profusa nesta disciplina a reflexão sobre as suas próprias teorias e posicionamentos perante as grandes correntes de pensamento da teoria social.

A modernidade foi vivida como um período de certezas e de respostas claras às grandes questões da humanidade. Progressivamente, o conhecimento científico foi exercendo domínio sobre outras formas de conhecimento e os seus ditames identificaram-se como a verdade e como o bem. Neste caminho, no seio da própria ciência tendeu-se a considerar como válida e consensual apenas uma forma de abordagem: neutra, distanciada, objectiva, quantitativa e causal. Traça-se, assim, um panorama no qual o Serviço Social é irremediavelmente colocado fora dos limites da produção científica.

O tempo, contudo, tratou de demonstrar que o conhecimento científico não substitui outras áreas de saber e que não conduz inexoravelmente à verdade, ao bem e à felicidade. Pelo contrário, tem vindo a tornar-se cada vez mais claro que a cientifização excessiva da vida e da sociedade, sobretudo se desligada de um pensamento político e ético, poderá mesmo caminhar para o fim da humanidade. Coloca-se, por esta via, a crise da modernidade e dos seus pressupostos sobre o mundo e sobre a humanidade.

A era pós-moderna, em que nos encontramos, encerra em si a chamada crise dos valores, mas também dos grandes paradigmas do pensamento. É hoje reconhecido, embora nem sempre pacificamente aceite, que mesmo no campo da ciência existem várias formas de aproximação ao real, que correspondem a diferentes perspectivas do que é a realidade e de como é que a realidade pode ser conhecida. Neste âmbito, o contributo que o Serviço Social pode dar para a constituição de conhecimento científico ganha um novo vigor. A proximidade com as situações e o envolvimento com as percepções subjectivas que delas os indivíduos fazem têm vindo a ser olhadas como vantagens quando se trata de pensar nas formas de obter conhecimento sobre o real.

Desta forma, abre-se um espaço de conquista pelo Serviço Social de um lugar na produção científica das ciências sociais, tornando mais clara a sua relação com as grandes correntes de pensamento e as implicações que pode ter na forma de pensar a acção profissional


Os quatro campos paradigmáticos propostos dão, de alguma forma, conta do que têm sido os grandes debates das ciências sociais e da necessidade de ultrapassar alguns “becos sem saída”.

Os quadrantes da regulação, onde se encontram o funcionalismo e o interpretativismo, são identificados com as abordagens mais clássicas ao Serviço Social e sofrem, mesmo, de um sentido pejorativo por parte da classe profissional, mas nem por isso são menos frequentes nas práticas efectivas dos Assistentes Sociais. Estas perspectivas estavam presentes nos primórdios da profissão, foram sobrevivendo e hoje parece que tomam formas revigoradas de se afirmarem como teorias vivas do Serviço Social.

Neste âmbito, a profissão procura a coesão social e desenvolve estratégias de adaptação dos indivíduos à sociedade a que pertencem, criando, com esse propósito, vias possíveis de integração na sociedade.

O Serviço Social Estrutural apresenta-se em confronto directo com as teorias da regulação e defende um Assistente Social com uma visão ampla sobre os mecanismos societários de opressão e com um sentido político consciente na sua acção. O conflito é promovido como forma de debelar a desigualdade e promover os direitos dos sectores da sociedade mais vulnerabilizados.

Esta teoria transforma o Assistente Social num militante das causas das classes oprimidas e peca por ter uma visão demasiado formatada do funcionamento da sociedade, sem criar



espaço para que outras variáveis possam ser consideradas no pensamento e na acção sobre a sociedade. É, neste sentido, uma teoria determinista que considera que a estrutura social oprime e impõe-se ao indivíduo, por sua vez, impotente para a enfrentar.

O Assistente Social surge como alguém que está acima das populações utentes e que sabe melhor do que elas como agir de forma proporcionar-lhes melhores condições de vida. Sabe, também, à partida o que é melhor para as populações e que a sua identidade é fundamentalmente uma identidade de classe. Esta é uma perspectiva que continua em grande debate e renovação no seio do Serviço Social.

O Serviço Social Crítico, por seu turno, retoma este desígnio de mudança e alia-o a uma visão voluntarista do indivíduo e da própria profissão. Segundo esta perspectiva, com o apoio profissional do Assistente Social, todos os indivíduos serão capazes de se auto-determinar, construir uma trajectória que os realize e contribuir para a mudança social num sentido positivo.

À semelhança de outras abordagens da pós-modernidade, esta teoria responde à crise da modernidade com o pragmatismo: se a ciência afinal não é capaz de apresentar a verdade, pois então considera-se que existem várias verdades com equivalente validade; se não há valores consensuais, então a prática deve reger-se pela relatividade dos valores; se a história provou que as utopias são no fim de contas distopias, então não vale a pena ter um projecto político para a sociedade e o que conta é o trabalho pela emancipação individual dos indivíduos.

A tendência para o relativismo e o construtivismo extremos estão na base do que mais pode ser criticado nesta abordagem. No entanto, vale a pena também salientar que o apontado carácter voluntarista desta teoria implica talvez uma excessiva confiança na capacidade de cada indivíduo se integrar na sociedade – uma vez *empoderado*, o sujeito será capaz de desenvolver uma trajectória de inclusão, dependendo apenas de si e da sua vontade tal consecução.²³

O esforço desta abordagem de superação dos dilemas da actualidade parece não ser suficiente para responder às questões colocadas pela profissão.

Por último, a teoria da Correlação de Forças tenta estabelecer pontes que articulem aspectos das visões estruturalista e subjectivista do mundo social; ou seja, situando-se num registo que pende mais para o conflito do que para a regulação defende que cada indivíduo se inscreve num dado ponto da estrutura social, mas que esta estrutura só existe e funciona porque composta pelos comportamentos individuais. Assim, cada indivíduo tem inscritos no seu interior elementos da estrutura que lhe sobrevém e existem na exterioridade estrutural elementos da sua individualidade.

Isto significa que a sociedade se explica como um jogo de forças entre os interesses dos diferentes indivíduos e, também, entre os indivíduos e as estruturas que os enquadram. Na análise das situações, os problemas devem ser percebidos nas suas implicações estruturais; na intervenção sobre as situações, os indivíduos devem ser reconhecidos na sua individualidade e especificidade. Assim, a acção do Serviço Social deve ser realizada individualmente, mas com um sentido global.

O Assistente Social, neste contexto, é um profissional vinculado com os sujeitos mais desprotegidos, vulneráveis e fragilizados e deverá trabalhar no sentido de os capacitar e conscientizar das suas potencialidade, dos constrangimentos pessoais e estruturais de que são alvo e de lhes fornecer ferramentas de auxílio à construção de biovias mais integradoras. Estas biovias, por sua vez, são também condicionadoras das estruturas existentes, transformando-as para um melhor equilíbrio das forças em presença.²⁴

Resta acrescentar que a teoria da correlação de forças não se apresenta como o fim da discussão sobre as teorias do Serviço Social, fornecendo a resposta certa a todas as questões colocadas. Permanecem, ainda, múltiplos questionamentos a que a teoria ainda não se mostrou capaz de cabalmente responder: deve o Serviço Social ter um projecto societário? Deve tomar partido? Que valores deve enfatizar? Como deve olhar a sociedade? E os indivíduos, como

deverem ser perspectivados? Serão todos iguais ou os indivíduos utentes do Serviço Social são intrinsecamente diferentes dos indivíduos não-utentes?

Estas e outras questões deverão manter vivo o debate sobre a teoria do Serviço Social num movimento que contrarie uma forte tendência para a tecnificação do mundo e da vida que se vive actualmente, que, ao nível das ciências em geral, tende a reduzir o exercício científico às suas aplicações práticas e à demonstração de resultados e que, ao nível do Serviço Social em particular, pode estar na origem de processos como a identificação da profissão com a metodologia de projecto, da investigação com os processos de avaliação e da produção de conhecimento com a realização do diagnóstico.

Referências

Adams, Robert, Lena Dominelli, e Malcolm Payne (1998). *Social Work: Themes, Issues and Critical Debates*. Londres : MacMillan Press.

Amaro, Maria Inês (2005). *Contextos de Instabilidade no Mundo Globalizado: tecnologia, trabalho e laço social* (Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, ISCTE).

Ander-Egg, Ezequiel (1996 [1992]). *Introducción al Trabajo Social*. Madrid: Siglo XXI de Espana Editores.

Baptista, Myrian Veras (2001). *A Investigação em Serviço Social*. Lisboa: CPIHTS.

Bourdieu, Pierre (2001 [1989]). *O Poder Simbólico*. Algés: Difel.

Browning, Gary; Abigail Halcli, e Frank Webster (2000). *Understanding Contemporary Society – theories of the present*. Londres, Thousand Oaks, Nova Deli: Sage.

Davies, Martin (2002 [1997]). *The Blackwell Companion to Social Work*. Oxford: Blackwell Publishing.

Dominelli, Lena (1998). Anti-Oppressive Practice in Context. In Robert Adams, Lena Dominelli, e Malcolm Payne (eds.), *Social Work: Themes, Issues and Critical Debates* (pp.3-22). Londres. MacMillan Press.

Faleiros, Vicente de Paula (1983). *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*. São Paulo: Cortez.

Faleiros, Vicente de Paula (1996). O paradigma de correlação de forças e estratégias de acção em Serviço Social. In Marilda Villela Iamamoto et al., *Metodologias e Técnicas do Serviço Social* (pp. 21-30).Brasília: Sesi-DN.

Faleiros, Vicente de Paula (1997). *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

Faleiros, Vicente de Paula (2001). Desafios do Serviço Social na era da globalização. In Helena Mouro, e Dulce Simões (coord.s), *100 anos de Serviço Social* (pp. 313-349), Coimbra: Quarteto.

Faleiros, Vicente de Paula (2002). Crítica a una política del sujeto. In *Trabajo Social*, 4, 62-82 (Departamento de Trabajo Social/Facultad de Ciencias Humanas/Universidad Nacional de Colombia, Bogotá).

Fook, Jan (2003). Critical Social Wok: the current issues. *Qualitative Social Work*, 2(2), 123-130.

Garcia, José Luís; Helena Mateus Jerónimo; Rui Norberto, e Maria Inês Amaro (2000). *Estranhos – Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*. Oeiras: Celta.

Healy, Karen (2001). *Trabajo Social: perspectivas contemporáneas*, Madrid e Corunha: Ediciones Morata e Fundación Paideia.

Hearn, Jeff (1982). Radical Social Work – contradiction, limitations and political possibilities. *Critical Social Policy*, 2, 19-34.

Howe, David (1987). *An Introduction to Social Work Theory*. England: Wildhood House.

lamamoto, Marilda (1995). *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

lamamoto, Marilda (1996). O Serviço Social na contemporaneidade: os fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos do trabalho profissional. In Marilda Villela lamamoto et al., *Metodologias e Técnicas do Serviço Social* (pp. 9-17). Brasília: Sesi-DN.

lamamoto, Marilda (1998). *O Serviço Social na Contemporaneidade trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez Editora.

Mullaly, Bob (1993). *Structural Social Work*, Ontário: McLelland e Stewart.

Munro, Eileen (1998). *Understanding Social Work – an empirical approach*. Londres: Athlone.

Netto, José Paulo (2001 [1992]). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora.

Netto, José Paulo (2001). Nótula do autor à 3ª edição. In José Paulo Netto (2001 [1992]), *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (pp.9-11). São Paulo: Cortez Editora.

Norris, Christopher (2000). Post-Modernism: a guide for the perplexed. In Gary Browning; Abigail Halcli, e Frank Webster, *Understanding Contemporary Society – theories of the present* (pp.25-46). Londres, Thousand Oaks, Nova Deli,

Payne, Malcolm (2001). Knowledge bases and knowledge biases in Social Work. *Journal of Social Work*, 1(2).

Parton, Nigel (1996). *Social Theory, Social Change and Social Work*. Londres: Routledge.

Parton, Nigel e Wendy Marshall (1998). Postmodernism and discourse approaches to social work. In Robert Adams, Lena Dominelli, e Malcolm Payne (eds.), *Social Work: Themes, Issues and Critical Debates* (pp.240-250). Londres: MacMillan Press.

Parton, Nigel (2004). *Constructive Social Work – towards a new practice*. Londres: MacMillan.

Restrepo, Olga (2003). *Reconfigurando el Trabajo Social – perspectivas y tendencias contemporáneas*. Buenos Aires: Espacio Editorial.

Thomas, Martin; e John Pierson (1999 [1995]). *Dictionary of Social Work*. Londres: Collins Educational.

Notas

¹ Este texto constituirá parte integrante da tese de doutoramento em preparação pela autora. Apresenta-se, também, como um contributo para o debate entre os professores de Serviço Social da FCH/UCP, no âmbito das sessões de trabalho sobre a matriz do Serviço Social.

² Segundo o autor, a existência de uma base de conhecimentos é condição determinante para a atribuição do estatuto de profissão a um campo de acção (Payne, 2001: 134-136).

³ Apesar de, como bem indicou Francisco Branco numa conferência sobre a investigação em serviço social (Encontro de Orientadores de Estágio, UCP, 8/2/2007), já nessa altura Mary Richmond defender que “todos os interventores devem agir como investigadores e todos os investigadores como interventores”.

⁴ Embora correndo algum risco de imprecisão de conceitos, optou-se neste texto por traduzir livremente o termo Social Work por Serviço Social.

⁵ Os capítulos propostos na obra são: Poverty and Social Exclusion; Family Breakdown; Child Abuse; Domestic Violence; Ill-Health; Physical Disability; the Frailty of old Age; Mental Illness, e Learning Difficulties.

⁶ A este propósito vale a pena encetar uma discussão aprofundada sobre o que se consideram ser as teorias, os modelos e as metodologias do Serviço Social e em que categoria se enquadram abordagens para a intervenção

como o trabalho em rede, o trabalho centrado no cliente, a intervenção centrada na tarefa, a intervenção sistémica, o psicossocial, etc.

⁷ Sobre esta distinção consulte-se Ander-Egg (1996 [1992]: 181-189)

⁸ Eillen Munro (1998) numa interessante obra que faz uma análise das filosofias das Ciências Sociais aplicada ao Serviço Social refere, logo na introdução, como este campo disciplinar tem vivido um processo de rejeição da ciência (tomando-a como um inimigo e não como um aliado) e de como, quase sempre, não encontra formas possíveis de articulação entre o conhecimento formal e a compreensão intuitiva dos fenómenos sociais.

⁹ A título de exemplo, poderá pensar-se sobre que possibilidades existem de conciliação entre a Teoria Geral dos Sistemas e um princípio da intervenção como o *empowerment*. Sob os pressupostos de uma visão sistémica estabelece-se uma analogia entre o tecido social e um organismo homeostático, que trabalha tendo como horizonte o equilíbrio e a estabilidade. Neste sentido, a intervenção deve pensar-se com vista à integração dos indivíduos no sistema e respectiva conformação com a sua ordem natural. À partida, este predicado parece não ser compatível com uma perspectiva do *empowerment* que leva o indivíduo a ter consciência de si, das suas necessidades, das injustiças sociais com o objectivo de, em correspondência, se auto-determinar, se satisfazer e as corrigir.

¹⁰ A este propósito, veja-se como também Howe refere que a teoria do Serviço Social é atravessado por dois eixos analíticos fundamentais: sujeito/objecto e conflito/ordem; ou seja, este campo disciplinar não foge das discussões clássicas da teoria social (1987).

¹¹ Embora na obra citada o autor referencie este terceiro nível como aquele que se tem vindo a mostrar bastante mais limitado e que se reporta aos métodos centrados na terapia, à teoria dos sistemas, ao aconselhamento e à intervenção em crise (1999[1995]). Esta especificação, ao estabelecer uma relação directa com os modelos de intervenção, reforça a ideia de que não há um espaço de produção de conhecimento pelo Serviço Social sobre o Serviço Social.

¹² Para designar esta posição o autor utiliza a expressão “the fixers” (1987: 48).

¹³ É preciso não esquecer que o estruturalismo e o conflito têm uma forte relação com o pensamento marxista e, desse ponto de vista, não podem ser qualificados como novos. Parece, no entanto, ser neste quadrante que se encontram as principais novidades do pensamento contemporâneo sobre o Serviço Social.

¹⁴ É de salientar que, no discurso comum do Serviço Social, a crítica ao funcionalismo é tão frequente como a defesa de uma visão sistémica da realidade.

¹⁵ Com base numa lição do Prof. Vicente de Paula Faleiros no âmbito do Programa Doutoral em Serviço Social do ISSSL/ISCTE, Abril de 2005. Na análise da intervenção social e sua evolução, o autor propõe a distinção entre a) paradigmas pré-contratuais; b) paradigmas contratualistas consensuais; c) paradigmas de reprodução, e d) paradigmas conflituosos centrados na mediação.

¹⁶ O desenvolvimento de alguns destes domínios da prática acabou por ter uma maior identificação com o Serviço Social Crítico. Refira-se, ainda, que a autora utiliza a expressão “prática anti-opressiva” como um paradigma o Serviço Social e não com uma inscrição noutra corrente (1998: 3-22).

¹⁷ Nas versões mais radicais, considera-se que o Serviço Social Estrutural só cumpre os seus propósitos de mudança estando fora do sistema; a intervenção a partir do interior das instituições irá sempre, em última instância, favorecer a reprodução da ordem existente.

¹⁸ A literatura nem sempre tem sido clara quanto a esta distinção entre Serviço Social Estrutural e Serviço Social Crítico, entrecruzado, por vezes, estas duas abordagens: destaca-se, no âmbito do primeiro, uma corrente mais voltada para o indivíduo e para a acção e, no âmbito do segundo, uma faceta mais centrada na estrutura e nas determinações sociais (Hearn, 1982; Mullaly, 1993; Healy, 2001; Fook, 2006). Com efeito, em ambas as teorias, as questões do poder e das relações de opressão/dominação são centrais, sendo que a acção do Serviço Social aponta para o conflito e para a mudança. Considera-se, no entanto, que se situam em campos paradigmáticos distintos na forma de olhar o tecido social e a própria natureza do Serviço Social. De uma forma, decerto, demasiado simplista, poder-se-ia dizer que o Serviço Social Estrutural tem uma influência marcadamente marxista, ao passo que o Serviço Social Crítico é, sobretudo, foucaultiano.

19 Para os propósitos em causa, vai entender-se como pós-modernidade o período compreendido entre o início do colapso das certezas modernistas (situado entre as décadas de oitenta e noventa, do século XX) e a actualidade. É o período de questionamento dos valores e da moral vigente, de decadência dos sistemas de bem-estar, da relativização dos saberes científicos, do risco e da incerteza. Este conceito, que rapidamente entrou no glossário das Ciências Sociais, não está, porém, isento de problemas – é de difícil definição e delimitação, acabando por se tornar confuso e pouco claro no que respeita ao seu objecto de referência. Num texto dedicado à compreensão do que é o pós-modernismo, Christopher Norris considera que este é o presente estágio de desenvolvimento da acção humana, em termos políticos, estéticos e científicos, em que, ao contrário do que acontecia na modernidade iluminista, a busca da verdade deixa de ser a prioridade máxima. Não só se julga que a verdade deixou de ser a fonte de felicidade e de bem-estar da humanidade, como também as fronteiras entre o real e o ficcional são cada vez mais indefinidas. Sem uma referência directa à verdade, a história, a política e a ética tendem a estetizar-se e a progredir em busca do belo (Norris in Browning et al., 2000: 25-45). Segundo este autor, a alternativa colocada pela pós-modernidade é a da viragem para a estética.

20 O próprio processo de criação de identidades colectivas é entendido como a imposição de mais uma estrutura de dominação sobre o outro que, não obstante ser mulher ou negro ou operário, poderá querer encontrar outros parâmetros identitários.

21 Para Bourdieu, as concepções estruturalistas erram porque reificam os objectos construídos pelas ciências sociais, passando a tratá-los como realidades autónomas, e as teorias da acção de inspiração weberiana falham ao considerarem que o sentido objectivo das práticas traduz-se meramente na soma dos sentidos subjectivos dos seus actores. Bourdieu centra a análise no indivíduo e no seu comportamento, mas tendo em conta que esse comportamento se relaciona profundamente com o contexto social em que está inserido. Existem, então, relações dialécticas entre as estruturas objectivas e as disposições estruturadas da acção, num movimento incessante de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade. Isto significa que cada indivíduo encerra em si mesmo uma inscrição da sua posição na estrutura e, ao agir, produz efeitos sobre essa mesma estrutura que lhe é preexistente (Bourdieu, 2001 [1989]). Sobre a influência de Bourdieu no pensamento de Faleiros veja-se ainda a correspondência entre o conceito de capitais proposto pelo primeiro e o de patrimónios apresentado pelo segundo (1996: 22).

22 Estas questões foram debatidas em contexto de aula do Programa Doutoral em Serviço Social do ISSSL/ISCTE, Abril de 2005.

23 Vale a pena citar longamente o que noutro registo já se salientou no que respeita à perspectiva do *empowerment*: “No entanto, são várias as limitações que têm sido apontadas a este modelo. Por um lado, sobrevaloriza as capacidades e potencialidades do indivíduo, pois acredita-se que a mudança na sociedade se opera através da mudança em cada sujeito, por outro, corre o risco de se tornar um pouco redutor, uma vez que a intervenção com vista ao *empowerment* tem como fim último a autonomização e a capacidade de agir, podendo ser interpretada como um mero aprofundamento da cidadania (cf. Adams, 1998: 32). Amartya Sen não hesita em considerar que este tipo de orientação pode transformar-se num acto cruel quando se esquece que não se pode dirigir a sujeitos para quem é praticamente impossível conseguir trabalho (cf. Le Monde, Setembro de 1999).” (Garcia et al, 2000: 201-202).

24 Daqui decorre que, também nesta perspectiva, se avança para um horizonte de regulação; o que autoriza a que se considere que a teoria da Correlação de Forças propõe uma superação do dilema indivíduo/estrutura, mas também do dilema conflito/regulação.